

Demonstrações Contábeis
Ijuí Energia S.A.

31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Ijuí Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

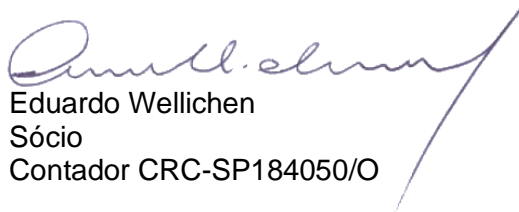
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Ijuí Energia S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
		38.616	63.741
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.967	2.019
Investimentos de curto prazo	5	-	51.909
Contas a receber de clientes	7	11.194	8.711
Despesas pagas antecipadamente		436	455
Adiantamento a fornecedores		995	600
Outros ativos		24	47
Não circulante			
		378.423	391.353
Títulos e valores mobiliários	6	6.315	6.525
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	5.618	5.618
Depósitos judiciais	9	4.598	4.598
Outros ativos		-	349
Imobilizado	10	348.059	359.830
Intangível	11	13.833	14.433
Total do ativo		417.039	455.094
Passivo			
Circulante			
		28.348	30.558
Fornecedores	12	2.981	1.663
Empréstimos e financiamentos	13	15.223	15.145
Arrendamentos	17.1	137	74
Salários e férias a pagar		731	537
Tributos e contribuições sociais a recolher	14	1.922	1.993
Dividendos declarados	17.1	6.180	9.041
Uso do bem público	11	380	329
Provisões para gastos ambientais	15	98	683
Provisão para contingências	16	-	241
Encargos setoriais		695	851
Outros passivos		1	1
Não circulante			
		64.553	78.201
Empréstimos e financiamentos	13	56.045	70.469
Arrendamentos	17.1	573	634
Uso do bem público	11	3.181	2.929
Provisões para contingências	16	4.169	4.169
Provisões para gastos ambientais	15	585	-
Patrimônio líquido		324.138	346.335
Capital social	18	298.936	298.936
Reservas de lucros		25.202	47.399
Total do passivo e do patrimônio líquido		417.039	455.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	19	71.014	68.793
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(18.762)	(14.087)
Compra de energia elétrica		(1.549)	(6.271)
Recuperação de custo - Extensão da concessão		-	13.093
Depreciação e amortização		(12.833)	(12.367)
Utilização do bem público - UBP		(46)	(63)
	20	(33.190)	(19.695)
Lucro bruto		37.824	49.098
Despesas (receitas) operacionais			
Administrativas e gerais		(1.528)	(1.218)
Depreciação e amortização		(169)	(154)
Pessoal		(1.495)	(1.309)
Honorários da diretoria e conselho de administração	17.3	(85)	(83)
Outras receitas		2	-
	20	(3.275)	(2.764)
Lucro antes do resultado financeiro		34.549	46.334
Despesas financeiras	21	(8.797)	(7.832)
Receitas financeiras	21	3.854	2.704
		(4.943)	(5.128)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.606	41.206
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(3.585)	(3.139)
Lucro líquido do exercício		26.021	38.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	26.021	38.067
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	26.021	38.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.936	3.458	33.317	-	335.711
Dividendos adicionais propostos	-	-	(18.402)	-	(18.402)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.067	38.067
Reserva legal	-	1.903	-	(1.903)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.041)	(9.041)
Transferência para reserva de lucros	-	-	27.123	(27.123)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	298.936	5.361	42.038	-	346.335
Dividendos intermediários	-	-	(42.038)	-	(42.038)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.021	26.021
Reserva legal	-	1.301	-	(1.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.180)	(6.180)
Transferência para reserva de lucros	-	-	18.540	(18.540)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	298.936	6.662	18.540	-	324.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.606	41.206
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	13.048	12.584
Encargos de dívidas	13.b	7.532	7.218
Encargos de dívidas arrendamentos		83	43
Atualização monetária - uso do bem público		723	474
Provisão e estorno contingências		(241)	213
Extensão da concessão	11	-	(13.093)
Receita de aplicações financeiras		(3.751)	(2.645)
Descontos financeiros obtidos		(1)	(3)
Baixa de ativos	11	24	16
		47.023	46.013
Aumento no ativo			
Contas a receber de clientes		(2.483)	443
Tributos e contribuições sociais a compensar		-	16
Despesas pagas antecipadamente		19	(65)
Adiantamento a fornecedores		(395)	-
Outros ativos circulantes e não circulante		27	(973)
		(2.832)	(579)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		1.318	(304)
Provisão para contingências		-	241
Encargos setoriais		146	(346)
Salários, férias e encargos sociais		194	(61)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(790)	(60)
Provisões para gastos ambientais		-	(23)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(370)	(36)
		498	(589)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro			
		(2.866)	(2.623)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais			
		41.823	42.222
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		6.987	34
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(6.315)	(123)
Resgates em investimento de curto prazo		79.244	53.033
Aplicações em investimento de curto prazo		(24.051)	(72.002)
Adições no imobilizado	10	(571)	(658)
Adições no intangível	11	(13)	(285)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos			
		55.281	(20.001)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de dividendos		(51.079)	(28.647)
Amortização de principal arrendamentos		(116)	(137)
Amortização de juros de arrendamentos		(83)	(43)
Amortização de principal do financiamento	13.b	(14.875)	(14.835)
Amortização de juros do financiamento	13.b	(7.003)	(7.240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
		(73.156)	(50.902)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		23.948	(28.681)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	2.019	30.700
Saldo no final do exercício	4	25.967	2.019
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		23.948	(28.681)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

1 Informações gerais

A Ijuí Energia S/A (“Companhia” ou “Ijuí”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico”, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José (“UHE São José”), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW.

Ademais, em 21 de outubro de 2022, a Companhia e a União celebraram o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.648 (mil e seiscentos e quarenta e oito) dias, ou seja, até 18 de fevereiro de 2046.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

Importa, por fim, ressaltar que em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional – SIN, alterando a garantia física da UHE São José de 30,4 MW para 28,9 MW.

A partir de 1º de setembro de 2022 a Companhia passou a ser controlada pela Foz do Rio Claro S.A, cuja a participação direta é de 51%. A Foz do Rio Claro S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A.

Impactos do COVID 19

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelo modelo regulatório do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 17 de fevereiro de 2023.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados/apresentados de ativos, passivos, receitas e, despesas. Os resultados reais podem divergir dessas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolve estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis dos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 8 – Tributos e contribuições sociais a compensar: Os saldos a serem utilizados para compensação de tributos. A Companhia estima que a utilização dos saldos em 2024, após retornar para o regime tributário do Lucro Real.
- Nota 16 – Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.5 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (06 de novembro de 2009), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Extensão da concessão: A administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa nº 11 - Intangível, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até fevereiro de 2046.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.9 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 30,4 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ 277,81 MW/h (R\$ 253,21 MW/h em 2021), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

3.12 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade,
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e,
- CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média 31/12/2022 e 31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	25.963	3
Aplicações financeiras automáticas 20 % do CDI		-	2.012
		<u>25.967</u>	<u>2.019</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em 31 de dezembro de 2022 referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Investimento - FI Energia	99,07 % do CDI	-	8.733
Fundo de Investimento - STA Energia	102,06 % do CDI	-	43.176
		-	51.909

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Re mune ração	31/12/2022	31/12/2021
BNDES	96,16 % do CDI	6.315	6.525

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva em 2022 e 2021 em investimento em aplicação financeira TRUSTEE, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	10.847	8.050
Ajuste positivo CCEE	347	661
	11.194	8.711

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Tributos e contribuições sociais a compensar

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.187	3.187
Programa de Integração Social - PIS	439	439
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.992	1.992
	5.618	5.618

9 Depósitos judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	10	10
Cíveis	4.588	4.588
	4.598	4.598

10 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Outros*	31/12/2021	Adições	Outros*	31/12/2022
Em serviço								
Terrenos	-	28.844	-	-	28.844	-	-	28.844
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	201.121	310	-	201.431	302	-	201.733
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	19%	35.351	-	-	35.351	20	-	35.371
Máquinas e Equipamentos	5%	220.508	346	-	220.854	212	-	221.066
Veículos	12%	82	-	-	82	-	-	82
Móveis e Utensílios	6%	77	2	-	79	-	-	79
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	371	-	622	993	-	117	1.110
Em curso		4.268	-	-	4.268	37	-	4.305
Total do custo do imobilizado		490.622	658	622	491.902	571	117	492.590
Depreciação								
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(44.068)	(4.487)	-	(48.555)	(4.495)	-	(53.050)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(8.792)	(902)	-	(9.694)	(903)	-	(10.597)
Máquinas e Equipamentos		(66.515)	(6.885)	-	(73.400)	(6.901)	-	(80.301)
Veículos		(71)	(4)	-	(75)	(2)	-	(77)
Móveis e Utensílios		(37)	(5)	-	(42)	(5)	-	(47)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(164)	(142)	-	(306)	(153)	-	(459)
Total da depreciação		(119.647)	(12.425)	-	(132.072)	(12.459)	-	(144.531)
Total do imobilizado líquido		370.975	(11.767)	622	359.830	(11.888)	117	348.059

*Outros refere-se a remensuração do arrendamento.

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2022 refere-se a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Em serviço								
Servidão	-	276	-	-	276	-	-	276
Software	20%	238	2	-	240	3	-	243
Uso do bem público - UBP (i)	4%	1.986	225	-	2.211	-	-	2.211
Extensão da Concessão (ii)	4%	-	13.093	-	13.093	-	-	13.093
Em curso	-	-	58	(16)	42	10	(24)	28
Total do custo do intangível		2.500	13.378	(16)	15.862	13	(24)	15.851
Amortização								
Software		(122)	(5)		(127)	(5)		(132)
Outros intangíveis		(101)	-		(101)	-		(101)
Uso do bem público - UBP		(1.047)	(64)		(1.111)	(46)		(1.157)
Extensão da Concessão		-	(90)		(90)	(538)		(628)
Total da amortização		(1.270)	(159)	-	(1.429)	(589)	-	(2.018)
Total do intangível líquido		1.230	13.219	(16)	14.433	(576)	(24)	13.833

(i) Uso do bem público

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, ao valor estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Passivo relacionado ao Uso do bem público

	31/12/2021	Ajuste AVP	Pagamentos	Transfêrencia	31/12/2022
Passivo circulante	329	-	(371)	422	380
Passivo não circulante	2.929	674	-	(422)	3.181
Total	3.258				3.561

Em relação a obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, pelo qual a companhia recolherá as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

Em 2021 a Companhia reconheceu a extensão da concessão, o prazo de direito de uso de exploração passou a ser fevereiro de 2046, gerando assim um aumento de R\$ 225 no saldo de Uso do Bem Público.

11 Intangível – Continuação

(ii) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do prazo de outorga (dia)	Valor (R\$ mil)
1.648	13.093

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até fevereiro de 2046.

12 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	1.922	1.084
Retenção contratual	413	293
Liquidação negativa CCEE	319	204
Compra de energia	327	82
	2.981	1.663

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços para manutenção da Companhia. Essas operações e Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

13 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

			31/12/2022			31/12/2021		
Encargos	Vencimento		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES	TJLP + 3,17%	15/09/2027	14.946	277	15.223	14.835	310	15.145
Moeda nacional - não circulante								
BNDES	TJLP + 3,17%	15/09/2027	56.045	-	56.045	70.469	-	70.469
Total geral			70.991	277	71.268	85.304	310	85.614

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Ijuí Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE – Contratos de compra e venda de energia, CCEAR – Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras).

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

13 Empréstimos e financiamentos – Continuação

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

Índice de capitalização $\geq 25\%$

Índice de cobertura de serviço da dívida $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	Encargos de dívidas (nota 21)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2022
Moeda nacional					
BNDES	85.614	7.532	(14.875)	(7.003)	71.268

	31/12/2020	Encargos de dívidas (nota 21)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2021
Moeda nacional					
BNDES	100.471	7.218	(14.835)	(7.240)	85.614

(*) Nota Explicativa nº 21 – Resultado financeiro.

- (c) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2024	2025	2026	2027	Dívida Total
14.994	14.994	14.994	11.063	56.045

14 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	686	705
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	374	464
Programa de Integração Social - PIS	149	136
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	688	628
Outros	25	60
	1.922	1.993

15 Provisões para gastos ambientais

	31/12/2021	Transferência	31/12/2022
Passivo circulante	683	(585)	98
Passivo não circulante	-	585	585
	683	-	683

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reavaliou a expectativa de realização das provisões para gastos ambientais e reclassificou para o passivo não circulante o montante R\$ 585.

16 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Perda provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) **Demandas cíveis:** atualmente existe um processo (dois em 31 de dezembro de 2021) de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 4.169 (R\$ 4.410 em 31 de dezembro de 2021). provisão é como segue:

Cível	31/12/2021	Reversão	31/12/2022
Circulante	241	(241)	-
Não circulante	4.169	-	4.169
	4.410	(241)	4.169

Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas tributárias:** atualmente existem seis processos (o mesmo em 31 de dezembro de 2021) de natureza tributária de valor em risco aproximado em R\$ 451 (R\$ 443 em 31 de dezembro de 2021), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

16 Provisões para contingências – Continuação

(ii) **Demandas cíveis:** atualmente existem quatro processos (seis em 31 de dezembro de 2021) de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 1.006 (R\$ 999 em 31 de dezembro de 2021), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

(iii) **Demandas trabalhistas:** atualmente existem dois processos (o mesmo processos em 31 de dezembro de 2021) de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 921 (R\$ 810 em 31 de dezembro de 2021), e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(iv) **Demandas arbitrais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2021).

(v) **Demandas ambientais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2021).

(vi) **Demandas regulatórias:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2021).

17 Partes relacionadas

17.1 Transações com partes relacionadas

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>		
Fundo de investimento - FI Energia	-	8.733
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos declarados aos acionistas	6.180	9.041
Prestação de serviços - AF Energia S.A	159	145
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	33	11
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	137	74
	6.509	9.271
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	573	634

17 Partes relacionadas – Continuação

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<u>Custo - partes relacionadas</u>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A.	20	(1.941)	(1.617)
Receita de aplicações financeiras - Fundo de investimento - FI Energia		-	364
		(1.941)	(1.253)

17.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Orgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2022
08/11/2018	Diretoria	Ijuí Energia	N/A	Fiança	Garantia do processo 0001487-22.2017.8.17.2730 - Carta nº 181578818	08/11/2018	Indeterminado	935	935

17.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo (a)	(41)	(41)
Remuneração do conselho	(44)	(42)
Total	(85)	(83)

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo representadas em por 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
Alupar Investimento S.A	112.360.571	41	42.041.590	100	273.064.862	100	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A	160.704.291	59	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento - FGTS	-	-	-	-	-	-	42.041.590	100
Total das ações	273.064.862	100	42.041.590	100	273.064.862	100	42.041.590	100

18.2 Reserva de lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$6.662 em 31 de dezembro de 2022 e R\$5.361 em 31 de dezembro de 2021.

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$18.540 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 42.038 em 31 de dezembro de 2021.

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.
- Em 25 de outubro de 2022 a Companhia, através de reunião do conselho de administração, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros no montante total de R\$ 42.038. Pago em novembro de 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	26.021	38.067
Reserva legal	(1.301)	(1.903)
Subtotal	24.720	36.164
Dividendo mínimo obrigatório	(6.180)	(9.041)
Reservas de lucros	(18.540)	(27.123)
Saldo de lucros acumulados	-	-

19 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia	73.008	67.116
Ajuste positivo CCEE	1.601	5.760
	74.609	72.876
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(485)	(472)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.239)	(2.179)
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	(600)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(697)	(677)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(174)	(155)
	(3.595)	(4.083)
Receita operacional líquida	71.014	68.793

20 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(4.036)	-	(3.371)	-
Compensação financeira		(1.292)	-	(1.161)	-
Utilização do Bem Público - UBP - amortização	11	(46)	-	(63)	-
Doações, contribuições e subvenções		-	(28)	(47)	-
		(5.374)	(28)	(4.642)	-
Custos gerenciáveis					
Energia comprada para revenda		(1.549)	-	(6.271)	-
Recuperação de custo - Extensão da concessão		-	-	13.093	-
Seguros		(4.653)	(4)	(4.270)	(3)
Alugueis		(90)	(77)	(78)	(37)
Pessoal		(1.830)	(1.495)	(1.563)	(1.309)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(85)	-	(83)
Material		(291)	(90)	(315)	(17)
Serviços de Terceiros		(1.871)	(1.274)	(1.427)	(1.101)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	17.1	(1.941)	-	(1.617)	-
Provisão para contingências		241	-	(213)	-
Condenação judicial		(2.973)	-	-	-
Outros		-	(12)	-	(32)
Outros tributos e taxas		(26)	(41)	(25)	(28)
		(14.983)	(3.078)	(2.686)	(2.610)
Depreciação e Amortização	10 e 11	(12.833)	(169)	(12.367)	(154)
		(12.833)	(169)	(12.367)	(154)
Total		(33.190)	(3.275)	(19.695)	(2.764)

21 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		3.849	2.701
Outras receitas financeiras		5	3
Total		3.854	2.704
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	13.b	(7.532)	(7.218)
Variação monetária		(723)	(477)
Outras despesas financeiras		(542)	(137)
Total		(8.797)	(7.832)
Resultado financeiro		(4.943)	(5.128)

(*) Refere-se receita financeira líquida, considerando demais despesas financeiras.

22 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Suprimento de energia e Ajuste positivo	74.609	74.609	72.876	72.876
	74.609	74.609	72.876	72.876
Presunção de lucro - 8% / 12%	5.969	8.953	5.830	8.745
Receita financeira	3.849	3.849	2.704	2.704
Outras receitas	6	6	-	-
Base de cálculo IR e CS	9.824	12.808	8.534	11.449
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	2.432	1.153	2.109	1.030
Total dos tributos correntes	2.432	1.153	2.109	1.030
LAIR	29.606	29.606	41.206	41.206
Alíquota efetiva	12,11%		7,62%	

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo						
Caixa e bancos	25.967	25.967	7	7	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	2.012	2.012	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	-	-	51.909	51.909	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	6.315	6.315	6.525	6.525	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	11.194	11.194	8.711	8.711	-	Custo amortizado
	43.476	43.476	69.164	69.164		
Passivo						
Fornecedores	2.981	2.981	1.663	1.663	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	71.268	71.268	85.614	85.614	-	Custo amortizado
Uso do bem público	3.561	3.561	3.258	3.258	-	Custo amortizado
	77.810	77.810	90.535	90.535		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano										
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)						
BNDES	TJLP +	3,17%	71.268	3,69%	4.972	5,53%	6.325	7,37%	7.678	9,21%	9.031	11,06%	10.391

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE São José nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia vendidos no Ambiente de Comercialização Regulada - ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

24 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 644 e R\$ 626 no exercício de 2022 e 2021, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	468.143	624	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	306	18/06/2023
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	7	19/06/2023
Total	1.168.143	937	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2